

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Araraquara
FORO DE ARARAQUARA
6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, ARARAQUARA - SP - CEP 14801-425
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0012430-77.2017.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Obrigações**
Exequiente: **Maria da Penha Delfino Borsari**
Executado: **Agraben Administradora de Consórcio Ltda e outro**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

-

Trata-se de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** apresentado por **MARIA DA PENHA DELFINO BORSARI** contra **AGRABEN ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA e PRIMO ROSSI ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA**.

Considerando os depósitos judiciais de páginas 201 e 216, JULGO EXTINTA a presente execução nos termos do artigo 924, II, do CPC.

Providencie a z. serventia a liberação do valor excedente bloqueado pelo sistema BACENJUD.

Intime-se a devedora, na pessoa do seu advogado, pela imprensa, para pagamento da taxa judiciária referente à satisfação da execução (artigo 4.º, III, da Lei Estadual n.º 11.608/03; guia DARE, Tipo de Serviço: Satisfação da Execução. Código: 230-6, no valor de R\$ 129,49), comprovando-se nos autos em quinze (15) dias, sob pena de ser o débito inscrito na dívida ativa; para emissão e impressão da guia para pagamento, a devedora deverá acessar o Portal de Custas em <http://www.tjsp.jus.br/PortalCustas>, depois clicar no botão "Emissão de Guias". Decorridos, sem a comprovação do pagamento nos autos, expeça-se certidão para inscrição do débito na dívida ativa do Estado.

Oportunamente, com o trânsito em julgado e certificada a inexistência de custas em aberto (artigo 1.098, caput, das NSCGJ), anote-se a extinção e arquivem-se os autos (por meio do lançamento da movimentação 61615).

P.R.I.

Araraquara, 31 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**